

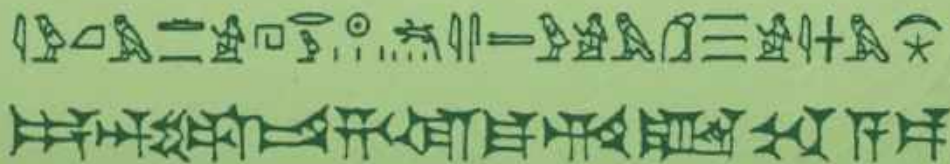
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

2



L E I C O S
C O S M O S



FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA BABILÓNIA RECENTE

Por ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS

*Assistente da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa (Instituto Oriental)*

Abstract

In the present article we try to demonstrate the use of oriental studies and the importance of the so called libraries in the Ancient Near Eastern History.

The historian of Mesopotamia has to be farovable to compared studies. Principally when he is trying to study the Neo-Babylonian and the Achaemenid periods.

He must use not only the Akkadian and Persian records but also those of the classical Greeks authors. Relating archives and establishing a new point of view.

(Página deixada propositadamente em branco)

«Ce qui manque c'est une certaine tournure d'esprit, parce que les assyriologues sont d'abord des éditeurs de textes, préoccupés de problèmes épigraphiques et philologiques.»

Paul Garelli, *L'Assyriologie*

No quadro do conhecimento histórico, a área das Antiguidades, e em particular a da orientálica antiga, tem sido minimizada, como algo sem aparente ligação à nossa própria história, por excelência europeia e ocidental. Contudo, o longínquo nascimento do nosso Ocidente situa-se precisamente no âmbito do que designamos por civilizações pré-clássicas.

O orientalismo em geral e a assiriologia em particular oferecem um vasto campo de grande utilidade no plano do conhecimento. (1)

A História tem como um dos seus objectivos centrais a transmissão de uma herança. Ela é um instrumento de compreensão do passado, de valorização dos depósitos culturais intemporais das civilizações e deve, em termos de ensino, ser «uma cadeira envolvente» (2). Como todo o saber humano, a História nasce da curiosidade científica. Formula interrogações críticas acerca das realidades através dos vestígios arqueológicos, os quais «falam» e «explicam» a vida material, o pensamento e a afectividade dos seus autores desaparecidos (3).

A problemática

A história do Próximo Oriente necessita primeiramente de uma assimilação, por parte dos estudiosos, de um quadro cronológico de uma grande complexidade, da sucessão de culturas, peripécias políticas e dinastias em maior ou menor grau de estratificação, de soberanos sem nome e de nomes complicados e de sonoridade prolixa.

A escrita cuneiforme é desencorajadora, com cerca de quatro a cinco centos de caracteres de desenho variado que se podem ler de múltiplas maneiras, tanto sobre o plano ideográfico como fonético, valores cuja escolha somente se pode determinar em função do contexto, embora a questão não seja simplesmente de ler, mas sim de decifrar, de descodificar (4).

Temos de nos familiarizar com um vocabulário monumental, desdobrado em dois ramos interdependentes: — o sumério e o acádio; com uma vintena de milhar de vocábulos, uma biblioteca de meio-milhão de peças, pelo menos, e um desmesurado mobiliário arqueológico, com bens, contabilidade de entradas e saídas de armazém, actas de regulamenação da vida em comum, tabelas de preços, tratados internacionais e pactos privados, que continham todas as transacções imagináveis: vendas e compras; empréstimos e depósitos, casamentos e «divórcios»; doações, testamentos e partilhas; adopções; cartas oficiais e privadas; comemorativas e dedicatórias; marcas de propriedades (5). Numa palavra, é tudo o que a Mesopotâmia pela sua situação geográfica e pelo seu povoamento, desde tempos remotos, bastante aberta ao seu ambiente circundante, pôde oferecer através dos seus homens de negócios e os seus guerreiros, que o exploraram em todos os sentidos.

Medida e registada desde o início pelos incansáveis administradores-escritas, pode mesmo dizer-se «que a economia se encontrava dependente da escrita e a escrita dependente da economia» (6).

Mas também as preocupações religiosas, omnipresentes na vida colectiva e individual, foram uma rica fonte de produção literária.

A escrita pôde como que «congelar» aspectos de religião, tanto ao nível do mito como do ritual. Os textos prescrevem, muitas das vezes com considerável pormenor, os actos individuais de um ritual, as orações e fórmulas a serem recitadas, e as oferendas e o aparato sacrificial requerido (7).

Assim, teologia, mitos, hinos e orações individuais, hierarquias sobrenaturais, rituais da liturgia oficial e cerimonial «exorcístico» de uso privado podem ser encontrados.

Ainda assim não termina aqui o registo escrito destas civilizações mesopotâmicas. Uma literatura transmissora de conhecimentos académicos sapienciais apresenta-se-nos bastante profícua: sátiras, fábulas e provérbios, ensaios diversos, disputas literárias, conselhos para bem viver, dicionários bilingues (sumero-acádicos); enciclopédias, catálogos, «tratados» matemáticos, de gramática, jurisprudência, medicina, adivinhação, cálculos astronómicos, formulários

técnicos sobre a coloração do vidro, a perfumaria, tinturaria ou receitas culinárias, o que a corporação dos escribas, detentora de capacidade de ler e de escrever, determinava (8). Enfim, três milênios de escritas! Estes documentos dão-nos também um conceito de história desses povos, talvez melhor dizendo, uma preocupação historiográfica (9).

Tal documentação encontra-se filtrada pelo triplo acaso da escrita, da conservação e da descoberta.

Eis aqui a razão por que alguns locais ou épocas são melhor conhecidas, enquanto largas zonas se encontram na sombra, e largas trevas cobrem todo o resto (10).

A Antiga Mesopotâmia representa uma área civilizacional rica e complexa, onde não se podem dissociar as realidades e muito menos os homens, e que constitui só por si um problema histórico muito atraente.

Neste contexto, a imaginação mítica, a tendência historiográfica, a unidade e a diversidade, o binómio núcleo-periferia e o problema cronológico são alguns dos *items* propostos por Mário Liverani para uma abordagem histórica (11).

Todavia a problemática mesopotâmica se estende até à problemática das fontes culturais do Ocidente, porquanto foi através da Ásia Menor que a Grécia absorveu o legado civilizacional do Oriente.

Se a civilização ocidental está ligada ao cristianismo e à ideologia bíblica por um lado e à contribuição helenística por outro, certo é que esta última é tributária dos Sumérios e dos Babilónicos, os nossos mais velhos antepassados em linha ascendente directa. Eles são também a nossa família e fazem parte do nosso passado.

Durante um largo período, um duplo «milagre» parou os historiadores no itinerário do retorno às nossas origens — a imagem da Bíblia e o famoso milagre grego (12).

O orientalismo ajuda à compreensão no plano genético da parte mais arcaica e rural da nossa herança. Desta feita, a assiriologia não tem que possuir complexos de inutilidade, pois possui uma indiscutível independência e excelência, sendo indispensável não só para uma correcta e global compreensão da nossa própria história mas também para um melhor entendimento das regiões circundantes da Europa, para aumentar o conhecimento do *outro* (13).

Durante cinco milênios de proto-história antiga o Mediterrâneo constituiu um formidável laboratório de experiências que resultaram no nascimento de culturas formidáveis lembrava Fernand Braudel, (14) numa lição proferida em Outubro de 1985, na cidade de Châteauevallon.

Hoje, a assiriologia coloca-se entre os conhecimentos e o saber que compõem a universalidade das ciências, embora durante muito tempo a problemática epistemológica e metodológica tenham sido pouco evidenciadas.

Demasiado enfeudada à história «événementielle» e ignorando o desenvolvimento de outras áreas históricas, manteve-se durante muito tempo apenas no âmbito das preocupações de ordem epigráfica e filológica. A assiriologia necessitava de rodear-se de especialistas versados em diferentes matérias, submetendo os seus problemas para resolução interdisciplinar, envolvendo-se mais no campo da «antropologia cultural», como apontava A.L. Oppenheim (15).

Não se pode traduzir correctamente um texto de presságios astrológicos ignorando a astronomia; o mesmo se passa para outros domínios como as matemáticas, o direito ou a ciência económica.

E porque a História não é uma reprodução simples das fontes mas sim uma interpretação, a intervenção de outros especialistas, sociólogos, economistas, historiadores das ciências e das técnicas seria bastante benéfica. Na assiriologia dos nossos dias é essencial o colocar de questões, problematizar, misturar interpretações e evidências, hipóteses e certezas.

As sociedades humanas devem ter a sua função de conhecimento, de inteligência e informação, de pesquisa e de estudo, exercidas por grupos de estudiosos, que asseguram a universalidade, que nada deixam fora do campo de visão, ou seja, a totalidade das ciências que formam um sistema onde nada pode ser retirado sem comprometer o conjunto (16).

As fontes da investigação assiriológica permanecem as tradicionais: as escavações, campo da arqueologia, e a documentação escrita, campo da epigrafia e da filologia, como acontece desde os tempos da publicação dos trabalhos de Anquetil-Duperron, entre 1768 e 1771, na área do persa aqueménida. Só recentemente a síntese histórica de carácter marcadamente interpretativo e problematizante é tida como fulcral para o progresso do conhecimento assiriológico.

A sobrevivência de milhares de tabuinhas providenciou aos assiriólogos uma variedade de fontes históricas, fruto do acaso arqueológico e da preferência por um tipo específico de ruínas.

Algumas bibliotecas captaram a atenção desde o início da sua descoberta. Primeiramente a atenção centrou-se em textos tidos como «documentos históricos», em sentido restrito, ou em fontes de história religiosa ou jurídica. Mas tendo em conta a experiência do

desenvolvimento do conhecimento dos papiros, os assiriólogos passaram a ter em conta a importância da «abordagem arquivística». As palavras como «arquivo» ou «arquivístico» tornaram-se de uso comum (17).

Na maior parte dos casos os arquivos estavam abandonados nos locais junto aos edifícios destruídos, como os de Ebla ou de Nuzi.

Bastantes destes arquivos mesopotâmicos e das regiões periféricas são muito importantes para se atingir o objectivo principal dos estudos arquivísticos, ou seja, a reconstrução do passado administrativo baseado nas colecções de registos (18). Os arquivos familiares adquirem, neste contexto, uma importância enorme ao relacionarem agentes, ramos de actividade, áreas de intervenção comercial.

* * *

As fontes neobabilónicas respeitam a variadas actividades, desde a produção agrícola, ao comércio e à acção bancária (19).

As tradições da burocracia alimentadas pelos princípios contabilísticos e das necessidades quotidianas eram inerentes a um sistema hierárquico, para tornar os factos e os números verificáveis, contribuindo, desta forma, para criar largos arquivos, de indivíduos abastados ou de famílias ricas.

O estudo conduziu a atenção para a figura chave da administração, o escriba (20).

A laboriosa contabilidade, a elaboração e a acumulação de registos serviu propósitos internos, mas para nós estes são extremamente importantes para a reconstrução da história social, política ou administrativa desta época, ou de qualquer outra, porquanto a metodologia é a mesma. Neste contexto, é óbvio que são igualmente importantes também outros tipos de arquivos, como os das chancelarias, como ficou demonstrado pelos arquivos do palácio de Mari. O controlo «estatal» está evidente nas passagens dos súbditos para Eshnunna e Assur (21), como, aliás, no caso babilónico em qualquer das suas épocas (22).

Os arquivos centrais dos diversos governos locais serviam para a propósito prático, um registo para ajudar as autoridades judiciárias, em casos de comparação com veredictos anteriores, de apelos, ou para recordar testemunhos, como sabemos através dos do *ensi* no período da III dinastia de Ur. A assiriologia pressupõe sempre um trabalho exaustivo, onde os obstáculos se acumulam (23).

Certamente um dos principais obstáculos é a comparação das fontes. Neste contexto, as fontes gregas em relação à história aqueménida são um bom exemplo. A grande questão que se coloca é a deformação ideológica introduzida pelas «novas leituras» dos textos gregos.

Uma séria reflexão acerca de várias questões, como a natureza, a proveniência, a circulação e a utilização dos materiais aqueménidas, deve ser levada a efeito (24).

A primeira observação diz respeito ao próprio conceito de documento. Atentar nos testemunhos visuais e orais colectados pelos autores gregos, tanto nas suas cidades como no decurso das viagens que efectuavam no Império ou ainda durante as permanências na corte, o papel das narrativas populares que vulgarizaram as lendas como a que estava ligada às origens de Ciro. Aliás, é de salientar que o poder político utilizou os temas folclóricos para a prática da desinformação junto da população persa (25).

A colecta de informações orais nas cidades gregas da Ásia Menor também foi importante. Laços estreitos aproximavam, por vezes, as grandes famílias persas e as aristocracias gregas.

Provavelmente de geração em geração, as grandes famílias gregas transmitiram as narrativas acerca da conquista persa de 546.

Os gregos recolheram a tradição oral das grandes famílias persas instaladas na Anatólia após Ciro ou Dario. As cortes satrápicas constituíam nas províncias o modelo real (26). O próprio Heródoto afirmou ter utilizado o seu testemunho visual, as reflexões e os seus inquéritos e igualmente os testemunhos orais (27). Tudo indica que o autor não efectuou um inquérito epigráfico autêntico, onde os «diz que» têm uma tendência a aumentar o volume dos contingentes militares aqueménidas sem menções baseadas em dados arquivísticos. Algumas citações demonstram a transmissão de fórmulas típicas da diplomacia aqueménida, como a carta de Xerxes a Pausânias, citada por Tucídides. Provavelmente entre o documento original e o historiador grego intercalou-se um testemunho oral (28).

Mas apesar do apontado, o conjunto de dados acumulados permite ao historiador actual tratar os problemas aqueménidas; as fontes gregas permanecem com um lugar fundamental nesta historiografia. Claramente estes problemas apontam para a constituição de equipas de pesquisa integradas que ultrapassam as limitações da especialização cada vez maior, obviamente necessária, mas mutilante (29).

As inscrições reais, as tabuinhas e os selos de Persépolis, os arquivos babilónicos, os papiros aramaicos do Egipto e vários textos bíblicos (Esdras 6,1-5) e gregos (Heródoto III.127-128) atestam a importância da escrita numa construção estadual tão bem elaborada como foi o Império Aqueménida⁽³⁰⁾. Os gregos utilizaram essa tradição arquivística, a qual não implica um automático estatuto de documento histórico, mas sim na maior parte dos casos um estatuto político.

Levanta-se a questão da justeza da sua utilização por parte desses mesmos gregos⁽³¹⁾. Existiam em cada uma das satrapias vários depósitos arquivísticos e a administração provincial conservava um duplicado dos actos oficiais recebidos da administração central ou emitidos pelo próprio sátrapa. Era na Ásia Menor que se encontravam o maior número de gregos e de persas bilingues, sendo as declarações reais e os actos administrativos proclamados e/ou transcritos na língua do respectivo país. Tal prática é atestada em numerosas satrapias através de inúmeros exemplos, existindo mesmo uma estrela trilingue — grego-aramaico-lício — data do século IV e gravada em Xantos.

Outros documentos para além do grego possuem versão em aramaico, babilónico ou elamita, por exemplo⁽³²⁾.

Os arquivos

No século VII apareceram documentos com a função de resumos em aramaico, a partir do documento original em cuneiforme babilónico.

Conforme o acádico foi entrando em desuso, o aramaico tomou o seu lugar enquanto língua falada na Babilónia.

O documento original aramaico desempenhou um papel decisivo no desaparecimento dos registos cuneiformes, tendo progressivamente os escribas aramaicos ocupado as posições-chave na chancelaria mesopotâmica. Infelizmente as condições climáticas levaram à destruição de tais textos produzidos em pele ou papiro.

Os contratos eram delineados de acordo com fórmulas fixas em duas cópias por escribas, na presença de testemunhas, recebendo cada parte uma cópia.

O período neobabilónico é caracterizado por uma excepcional abundância de fontes escritas: 315 documentos são datados do

reino de Nabopolassar, 1703 de Nabucodonosor II, 2526 do de Nabónido, 819 de Ciro, 988 de Cambises e 1502 do de Dario I⁽³³⁾.

Até agora foram publicadas 13 726 tabuinhas babilónicas legais e económicas relativas ao primeiro milénio, o seu conteúdo é diversificado: promissórias, contratos de arrendamento e venda de terras, casas ou outras propriedades, documentos de comércio internacional, arquivos de tribunal, etc.

A parte principal destas fontes provém de Babilónia, Uruk, Sippar, Nippur, Borsippa e Ur, e dizem respeito aos reinados dos monarcas anteriormente citados. Também foram publicadas 861 cartas da época da hegemonia dos reis neobabilónicos e aqueménidas. A maioria delas leva o selo de correspondência administrativo-económica e provém dos arquivos do templo Eanna em Uruk, e Ebabbar, em Sippar.⁽³⁴⁾ Metade dessa documentação é proveniente de arquivos privados. Os mais ricos são os das casas Egibi e Murašû.

A maioria dos documentos da Casa Egibi foi composta na área de Babilónia e nos seus subúrbios, mas poucos foram escritos nessas cidades. Os documentos do arquivo Murašû foram compostos em Nippur.

Como se regista uma significativa falta de arquivos estatais para o período recente, os arquivos dos templos e os das famílias proeminentes bem como os de pessoas privadas individuais tornaram-se essenciais. Contudo, algumas notícias dispersas acerca da administração real na Mesopotâmia aqueménida chegaram até nós⁽³⁵⁾.

Neste contexto, as denominadas fontes complementares são bons auxiliares para o estudo. A narrativa de Heródoto acerca da fundação da história persa e Xenofonte com os registos da campanha de Alexandre, assim como Ctésias, médico de Cnidus, que durante algum tempo residiu na corte de Artaxerxes II, com os seus *Persika*, são disso exemplo.

E também os numerosos documentos aramaicos provenientes do Egipto, como os papiros de Elefantina e de Hermópolis.

Há ainda os textos respeitantes às cartas aramaicas publicadas por G.R. Driver em 1951, nas quais se salienta a de Aršam (Arsames), o sátrapa aqueménida do Egipto, o qual também figura nos textos dos Murašû; e as inscrições dos reis aqueménidas e as tabuinhas administrativas elamitas foram encontradas em Persépolis em dois arquivos, os textos do Tesouro e os das Fortificações; uma pequena porção nas suas redondezas, sendo um número considerável em resumos aramaicos. Outros arquivos de pessoas privadas estão preservados como os de um certo Sîn-uballit descobertos em Ur.

Quanto a Nippur, o número total de documentos estão datados, ou podem ser datados, do 1.º milénio a. C., dos quais 1281.937 estão publicados em parte ou completamente ⁽³⁶⁾. Para além das cartas que representam 1/10 da documentação, todos os restantes documentos são económicos. A maioria destes pertence ao arquivo privado dos Murašû.

Os documentos primeiramente datados são de 722 a. C., existindo um fosso documental entre os períodos assírio recente e caldeu, mais precisamente entre o sexto ano do reinado de Sîn-šarra-iškun e o décimo segundo segundo do de Nabopolassar.

Também do reinado de Xerxes existiam poucos documentos respeitantes a Nippur e a Babilónia. Tal facto deve-se à situação política em Babilónia. Se este vazio documental tem algum significado, ele poderá ser o de reflectir a instável situação da Nippur pró-assíria do início do período caldaico. A maior parte dos documentos recentes são listas de indivíduos que receberam rações de comida ou somas em dinheiro, ou ambos. Um número considerável de documentos não-jurídicos pertencem por hipótese ao templo de Enlil. Em suma, estes podem ser os principais arquivos da época: arquivos do templo de Enlil (539-522 a. C.); arquivo dos períodos assírio-recente e inícios do caldaico (Ninurta-uballit e Nergal-iddina), arquivos caldaicos (575-541 a. C.) como os de Enlil-aha-iddina, filho de Šamaš-šuma-līšir, Bau-iqiša de Usatu, Zēra-ukîn filho de Pir'u, Silim-ilāni, filho de Šamaš-šuma-līšir, Ninurta-mutīr-gimilli, Sūqāja, Lābāš, Enlil-šākin-šulum, Murašû e Enlil-šuma-iškun ⁽³⁷⁾. Por seu turno, a rica documentação da Uruk caldaico-aqueménida termina em 519 a. C. e a de Sippar em 485 a. C. Em Borsippa encontramos documentos avulsos dos reinados de Artaxerxes I e Dario II.

Quando se fala do sistema arquivístico do período aqueménida, é útil relacioná-lo com o período neobabilónico, porquanto existe uma grande continuidade. Pouco se sabe dos arquivos e das suas funções apenas tendo em atenção os documentos respeitantes a uma única família. Deve-se procurar a tradição dos escribas em Babilónia do período neobabilónico até ao aqueménida. Aqui o arquivo real tem um papel relevante pelas ligações a outras esferas de actuação. Como afirma M.A. Dandamayev: «As seen from Persepolis Fortification tablets the households of members of the royal family were closely tied in with the palace economy». ⁽³⁸⁾ Existe uma fonte persa de interesse e cuja veracidade pode ser assegurada — a inscrição de Behistun — cujas cópias foram enviadas através do Império. Fabricadas em pele ou argila elas são um complemento de es-

tudo, em acádico, porquanto o silabário do persa antigo era limitado no uso, ou em aramaico, pois esta língua foi a primeira a ser escrita em pele no Oriente. Ambos os textos — neobabilónico ou aramaico — chegaram até nós fragmentados. Os primeiros foram publicados por Weissbach e reeditados por Voigtlander e os segundos por B. Porten. O final do texto aramaico contém umas quatro partes que são indecifráveis na interpretação e na tradução. A versão aramaica da inscrição de Behistun proveniente de Elefantina contém elementos estranhos que parecem provir de um texto diferente⁽³⁹⁾. Os textos originais em aramaico foram provavelmente preservados nos arquivos das respectivas cidades, podendo ser comparadas as versões de Behistun com a de Heródoto, por exemplo, onde parece haver uma combinação da versão oficial com a informação oral que circulava durante o reinado de Artaxerxes. Existem outros textos, como os de Dario, a colecção elamita de Persepólís e os textos egípcios — Arsam, Hermópolis e Sakara, ou ainda os do governador de Yehud que foram publicados por N. Avigad em Jerusalém.

Em suma, as fontes históricas para o estudo deste período têm necessariamente de ter em conta o concurso dos textos clássicos e de toda a documentação exterior à Mesopotâmia. Somente dessa forma comparativa poderemos ter uma ideia mais aproximada da realidade.

Notas

(1) «Tout d'abord, que la plus grande noblesse de l'homme est dans la connaissance, le savoir, et qu'il a, de par sa propre nature, vocation à tout connaître: tout l'ordre et le déroulement de l'univers — même s'il n'y doit jamais parvenir, tant vaste et infini est cet objet, qui nous est proposé, tout au moins, comme un idéal exaltant et lumineux.» Escreve Jean BOTTÉRO, *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*, Paris, Gallimard, 1987, p. 30.

(2) Cf. John CHAFFER, Lawrence Taylor, *A História e o Professor de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 14.

(3) «D'où venons-nous? Comment sommes-nous devenus ce que nous sommes? Qu'y avait-il, auparavant, à notre place? Avec de telles perspectives devant moi, je pouvais demeurer attaché à mon premier dessein, après l'avoir ramené à des ambitions plus modestes, et je n'avais donc pas eu tort de parier pour l'Histoire. Je n'avais pas eu tort, non plus précisément celle de la Mésopotamie antique.» Jean BOTTÉRO, *oc.*, p. 34.

(4) Como exemplo disso, lembremos que na Mesopotâmia os estatutos sociais eram por vezes difíceis de estabelecer, como no caso dos prebendados, os quais se perdem nas épocas mais remotas. É de salientar que prebenda e prebendados são distintos na terminologia como demonstram os textos de Ur: *gudu 4* é a prebenda, enquanto *namgudu 4* é o prebendado.

(5) À nossa disposição em inúmeras obras comentadas, como por exemplo: Edmond SOLLBERGER e Jean-Robert KUPPER, *Inscriptions Royales Sumériennes et Akkadiennes*, Paris, Éditions du Cerf, 1971. J.N. POSTGATE, *Neo-Assyrian Royal Grants and Decrees*, Rome, Biblical Institute Press, 1969; A.K. GRAYSON, *Assyrian Royal Inscriptions*, 2 vols.

(6) Sobre este assunto ver a obra de Jack GOODY, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 1987.

(7) *Ibidem*, p. 56, e ainda A. Leo OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, Chicago & London, The University Press, 1972, pp. 171-183.

Henri LIMET e Julien RIES, *L'Expérience de la Prière dans les Grandes Religions*, Louvain-La-Neuve, Centre d'Histoire des Religions, 1980.

(8) Jean BOTTÉRO, p. 36.

(9) Ver José NUNES CARREIRA, «História e Historiografia na Antiguidade Oriental», separata de *Disdaskalia*, vol. XII (1982); James T. SHOTWELL, *História de la historia en el mundo antiguo*, Mexico, Madrid, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica (1.ª reimpressão espanhola), 1982. Robert C. DENTON, (ed.), *The Idea of History in the Ancient Near East*, New Haven, London, Yale University Press, 1955.

(10) Jean BOTTÉRO, *op. cit.*, p. 36.

(11) Mario LIVERANI, *Antico Oriente. Storia Società Economia*, Roma, Laterza, 1988, pp. 5-27.

(12) Jean BOTTÉRO, *o. c.*, p. 39.

(13) Ver Edward SAÏD, *L'Orientalisme. L'Orient crée par l'Occident*, Paris, Seuil, 1980. «Nous avons hérité de cette conviction magnanime et magnifique; et l'existence et le renom de votre propre université, et tous les efforts que vous faites por préserver et développer l'une et l'autre démontrent à quel point vous y tenez toujours. (...) Oui, l'université des sciences, comme telle, est inutile — au profit! Ou, la philologie et l'histoire sont inutiles; l'orientalisme et l'assyriologie sont inutiles, complètement inutiles! Voilà pourquoi nous y tenons tant», diz Jean BOTTÉRO, *o. c.*, p. 40.

(14) Fernand BRAUDEL, *Une leçon d'histoire*, Paris, Arthaud-Flammarion, 1986.

(15) A. Leo OPPENHEIM, *o. c.*, pp. 7-30.

(16) Jean BOTTÉRO, *o. c.*, pp. 40-41 a 51.

(17) «We use 'archives' as a designation of what archival science calls a 'fonds d'archives', that is 'the total of records accumulated during the time, a particular task was performed by an institution or person', to which some would like to add and still present with those who made them out or used them.»: Klaas R. VEENHOF, «Cunei-

form Archives. An Introduction», in *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden, Netherlands Historisch-Archaeologisch Institut Te Istanbul, 1986, p. 7.

(18) Cf. *ibidem*, pp. 9-11 (definição entre arquivos privados e oficiais).

(19) «Nelson distinguishes them into almost thirty different categories, subdivided for provenance from various cities. Seventeen of his categories are based on mostly well known key terms in records and ledgers, such as 'inspection', 'balanced account', 'ration', 'disbursements', 'deliveries', also 'final verdicts'. The remainder are miscellaneous categories mainly derived from the subject matter, such as 'cattle and herdsmen', 'temples and establishments', 'fields, farms, orchards'. The picture is rather diffuse. Homogeneous categories which correlate with well known types of records and transactions occur alongside less familiar ones and combinations of various types.» *Ibidem*, p. 17.

(20) Cf. Jack GOODU, pp. 63-71; A. LEO OPPENHEIM, pp. 235-249; George ROUX, *o. c.*, 9.

(21) «De la última época de independencia política de Babilônia se conserva un fragmento de las llamadas leyes neobabilónicas, en una tablilla que se encuentra en el Museo Británico. Comprende unas 20 normas, que se refieren en su mayor parte al derecho matrimonial y al derecho sucesorio. La edición más reciente de estas leyes, en la que se incluye un detallado comentario, ha sido hecha por el historiador jurídico y orientalista alemán H. Petschow. También los reyes neobabilónicos hicieron públicas diversas ordenanzas. Cuando los persas conquistaron Babilonia, sus soberanos (por ejemplo, Dario I) editaron leyes para el país vencido, cuyo texto no es desconocido.» — Josef KLÍMA, *Sociedad y Cultura en la Antigua Mesopotamia*, Madrid, Akal Editor, 1983.

(22) Cf. Klaas R. VEENHOF, *o. c.*, pp. 24-25.

(23) «The analysis and historical evaluation of any archive of some size is a difficult and time-consuming job. In Assyriology it is, unfortunately, often compound by the necessity of laboriously piecing together remnants of archives scattered by illicit diggers and antique dealers, where even some knowledge of their itineraries may be helpful. Many obstacles have to be removed.» *Idem, ibidem*, pp. 34-35.

(24) «Il en est de même des documents littéraires, et de nombreux exemples de lectures de textes grecs réputés 'équipés' pourraient être produits. Pour employer une formule à l'emporte-pièces, ce sont parfois moins les sources elles-mêmes que les capacités d'interrogation des historiens qui sont menacées d'épuisement.» Pierre BRIANT, «Sources Grecques et Histoire Achéménide» in *Rois, Tributs et Paysans*, Paris, Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, 1982, p. 491.

(25) Cf. *ibidem*, p. 493.

(26) «Parmi les informateurs qui circulaient largement dans toute l'Egée orientale, on fera une place spéciale aux marchands, tel cet Hérôdas de Syracuse (mis en scène par Xénophon, Hell.III.4.1) qui, voyant les grands préparatifs navals perses lors de son séjour à Tyr, 'monte sur le premier navire, en partance pour la Grèce et vient faire son rapport à Lacédémone'».

Idem, ibidem, p. 493.

(27) Ver *Ibidem*, p. 494.

(28) Cf. *Ibidem*, pp. 499-504.

(29) Cf. *Ibidem*, p. 505.

(30) Cf. *Ibidem*, p. 495.

(31) «Parmi les arguments que l'on peut opposer à priori, deux méritent une attention particulière: l'argument géographique (la plupart des Grecs n'ont pas eu accès aux archives centrales), et l'argument linguistique (le grec n'a jamais constitué un instrument de communication très utilisé par les scribes royaux). Mais, aucun de ces deux arguments ne paraît dirimant.» *Ibidem*, p. 496.

(32) «Par ailleurs, le contraste même existant entre la langue des conquérants (au statut éminemment idéologique) et les véhicules de transmission (langues et écritures régionales et inter-régionales) est porteur d'informations. Il permet en effet aux spécialistes de repérer les termes et noms perses utilisés en grand nombre dans l'akkadien et l'araméen en particulier. Grâce à cette diversité linguistique agissant dans un ensemble politiquement unitaire, les historiens disposent d'une voie de recherche indirecte mais féconde pour mener des enquêtes sur l'origine ethnique du personnel satrapique ainsi que sur les termes techniques perses véhiculés par l'akkadien, l'araméen ou l'élamite persépolitain. Dans ces conditions — suprême paradoxe des statuts linguistiques dans l'Empire achéménide! — c'est bien souvent par l'intermédiaire de l'akkadien, de l'araméen et de l'élamite (et du grec dans quelques cas plus rares) que l'on 'découvre' tel terme perse (ou mède) non répertorié ailleurs ou connu seulement par un 'équivalent' avestique, si bien que pour certains (I. Gershevitch) les tablettes de Persépolis peuvent être considérées comme des textes perses écrits en langue élamite. La persistance de ces langues et écritures comme véhicules achéménides (RTP:504-5) permet par exemple de repérer dans le corpus akkadien (R. Zadok, Eilers), grec (L. Roberts, R. Schmitt) ou araméen (Grelot, Benveniste) les noms perses: à partir de ces enquêtes onomastiques, on peut proposer des conclusions sur le rythme et l'ampleur de l'immigration perse et iranienne dans les pays conquis (cf. RTP: 457ss) — mouvement qui peut-être considéré à juste titre (Zadok 1977: 89-90) comme un des indicateurs de la densité et de l'enracinement de l'administration civile et militaire perse achéménide dans les pays conquis.» Pierre BRIANT, *L'Asie Centrale et les Royaumes Proche-Orientaux du Premier Millénaire (C. VIII^e-IV^e Siècles avant notre Ère)*, Paris, Editions Recherche sur les Civilisations, 1984, pp. 60-61; ainda M.A. DANDAMAYEV, «The Neo-Babylonian Archives», in *Cuneiform Archives and Libraries*, p. 274.

(33) Cf. *Ibidem*, pp. 274-275.

(34) V. Matthews W. STOLPER, *Entrepreneurs and Empire*, Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut Te Istanbul, 1985, pp. 15-18/153-156.

(35) Cf. a lista de fontes económicas para os períodos neobabilónico e aqueménida em Luigi CAGNI, «Aspetti dell'Economia Regia nella Mesopotamia Achemenide», in *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente antico*, Milano, Franco Angeli, 1988, pp. 156-164.

(36) Cf. Ran ZADOK, «Archives from Nippur in the First Millennium B.C.», in *Cuneiform Archives and Libraries*, p. 278.

(37) *Ibidem*, pp. 282-285.

(38) M.A. DANDAMAYEV, «Royal Economy in the Achaemenid Empire», in *Stato Economia Lavoro nel Vicino Oriente*, p. 147.

(39) Cf. Jonas C. GREENFIELD, «Aspects of Archives in the Achaemenid Period», in *Cuneiform Archives and Libraries*, p. 292.